

NOVO

A GENTE RESPEITA O BRASIL 🇧🇷

WILLIAM BARROS

DEPUTADO FEDERAL

3055

PAUTAS LEGISLATIVAS

PRINCÍPIOS, REFORMAS E AÇÕES
PARA UM BRASIL MAIS LIVRE,
MAIS JUSTO E MAIS PRÓSPERO.



ECONOMIA
QUE GERA
OPORTUNIDADES



SEGURANÇA
PARA VIVER
COM LIBERDADE



EDUCAÇÃO
PARA FORMAR,
NÃO PARA
APARELHAR



ESTADO
EFICIENTE,
TRANSPARENTE
E A SERVIÇO
DO CIDADÃO



WILLIAM BARROS



DEPUTADO FEDERAL 3055



CNPJ DE CAMPANHA:
68.464.576/0001-43

NOVO

**PAUTAS PRIORITÁRIAS
PARA COLOCAR O BRASIL
NO TRILHO DO
DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL**



Agosto de 2026

História e Trajetória

Minha história começa com a minha **FAMÍLIA**.

Fui aluno de escola pública e venho de uma família humilde, que escolheu o Paraná como sua terra e as terras vermelhas do Oeste paranaense como seu chão.

Foi nesse ambiente, ao lado de Seu João, Dona Tânia e da minha irmã Sara, que aprendi os valores que carrego comigo até hoje: **a fé em Deus, o valor do trabalho duro, a honestidade, a perseverança e a importância da educação.**

Desde cedo, aprendi que não existem atalhos para construir uma vida digna. É preciso trabalhar, estudar, perseverar e, acima de tudo, confiar em Deus.

Foi o estudo, aliado a muito trabalho e dedicação, que mudou o rumo da minha história.

Ainda estudante de escola pública, tive a oportunidade de participar de um programa de bolsas do Banco Santander, que selecionava, por meio do desempenho no ENEM, alunos da rede pública com excelentes resultados acadêmicos e baixa renda para cursar uma graduação na Espanha.

Eu fui um desses alunos.

Uma bolsa de estudos me levou da escola pública para a Universidade de Salamanca, na Espanha.

Não foi herança.

Não foi privilégio.

Foi esforço, mérito e acima de tudo OPORTUNIDADE.

Mas oportunidade, sozinha, não basta.

É preciso estar preparado para aproveitá-la.

E foi justamente essa oportunidade que me mostrou, na prática, o poder transformador da educação.

Minha formação continuou entre o Brasil e a Europa. Sou graduado em Economia e Matemática, com formação pela Universidade de Salamanca, na Espanha, e pelo Centro Universitário Católico Ítalo-Brasileiro. Tenho MBA em Engenharia Econômica, especialização em Business Intelligence e Mestrado em Engenharia de Produção pela UFSCar, com ênfase em modelagem econômica e suporte à tomada de decisão. Também tenho proficiência em três idiomas, além do Português.

Minha vida profissional sempre esteve ligada à **economia, à educação e ao**

desenvolvimento.

Sou economista estatutário do Estado do Paraná e atuei na Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SEIC), como Coordenador de Mercados e Assuntos Internacionais da Diretoria de Mercados e Novos Negócios, trabalhando com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, à atração de investimentos e ao fortalecimento do setor produtivo. Atualmente, estou licenciado para concorrer ao pleito.

Também tive a oportunidade de atuar em Madri, como analista econômico no Serviço de Estudos Macroeconômicos e Financeiros da MAPFRE, além de trabalhar como consultor econômico-financeiro e como professor da Rede Pública de Ensino Técnico-Profissionalizante do Paraná.

Olho para essa trajetória com **GRATIDÃO**.

Gratidão à minha **família**.

Gratidão às oportunidades que recebi.

E, acima de tudo, **gratidão a Deus, que me sustentou em cada etapa dessa caminhada.**

Porque sei, por experiência própria, que muitas vezes o que separa uma pessoa de uma vida melhor não é falta de capacidade.

É falta de oportunidade. Eu tive uma. Uma bolsa de estudos mudou a minha história.

Mas ela só foi possível porque, antes dela, houve uma família que ensinou **valores**, houve muito **trabalho**, houve **dedicação** aos estudos e houve **fé** para seguir em frente.

É por isso que acredito que uma educação de qualidade não deve ser privilégio de poucos. Ela deve ser uma porta aberta para que qualquer jovem, independentemente da origem ou da renda da sua família, possa chegar mais longe do que seus pais chegaram.

Não existe desenvolvimento econômico sem investimento nas pessoas.

Não existe fim da pobreza sem educação, liberdade econômica e oportunidades.

E não existe futuro democrático, nem instituições verdadeiramente fortes, sem um povo livre, preparado e esclarecido.

A educação transformou a história da minha família.

Quero trabalhar para que ela também possa transformar a história de milhões de brasileiros.

COM FÉ EM DEUS, TRABALHO E COMPROMISSO COM O BRASIL.

Reformas Estruturantes Modernizadoras do Estado Brasileiro

Reforma Política

Fim do voto obrigatório — o voto deve ser um direito e escolha do cidadão.

Sistema distrital misto com voto preferencial — aproximar representantes dos eleitores, combinando representação territorial e proporcionalidade partidária, com maior poder de escolha sobre os candidatos e campanhas mais baratas e localizadas em áreas menores.

Voto impresso concomitante à urna eletrônica — registro físico do voto, preservando o sigilo e a proteção do eleitor e submetido a todas as salvaguardas necessárias de segurança e auditoria.

Plebiscito sobre o sistema político — consultar diretamente a população sobre a manutenção ou eventual mudança do modelo político-eleitoral brasileiro.

Fim da reeleição para cargos do Executivo — ampliar a duração dos mandatos para **5 ou 6 anos**, permitindo continuidade administrativa sem transformar a máquina pública em instrumento de campanha permanente.

Redefinição do papel dos vice-chefes do Executivo — revisar as atribuições e a estrutura dos milhares de cargos de vice existentes, evitando estruturas administrativas sem função efetiva.

Parlamento mais enxuto — redução do número de deputados e senadores e revisão da estrutura de assessoria parlamentar.

Redução e revisão do Fundo Eleitoral e do Fundo Partidário — diminuir progressivamente os recursos públicos destinados à atividade político-partidária e estabelecer critérios mais rigorosos, transparentes e equilibrados para sua distribuição.

Coincidência das eleições — unificação do calendário eleitoral, evitando eleições a cada dois anos e reduzindo a permanente interrupção da gestão pública por campanhas eleitorais.

Reforma Previdenciária 2.0

Sou favorável a uma reforma que envolva estados e municípios, bem como a previdência rural e militar, passando gradual e progressivamente **do sistema de reparto para um sistema de capitalização robusto** que possibilite um aumento da poupança interna no país. Será resguardado, no recebimento da aposentadoria, um valor mínimo de sobrevivência, caso o cidadão não atinja o acumulado para uma estrutura de vida digna, sendo o valor complementado a custas do Estado Brasileiro.

Reforma Tributária 2.0

Um federalismo mais equilibrado — o modelo atual concentra recursos e decisões excessivamente na União. A reforma 2.0 deve fortalecer Estados e Municípios, permitindo que uma parcela maior dos recursos permaneça onde a riqueza é produzida e onde os serviços públicos são efetivamente prestados.

Redução progressiva da carga tributária — à medida que a eficiência do gasto público aumentar e o Estado reduzir desperdícios, privilégios e despesas ineficientes, os ganhos devem ser devolvidos à sociedade por meio da redução das alíquotas.

IVA dual, simples e amplo — IBS + CBS, com pouquíssimas exceções, e isenções e reduções apenas para itens essenciais de subsistência como alimentos e medicamentos.

Ampliação da base do Imposto de Renda — mais brasileiros contribuindo, ainda que com valores simbólicos, ampliando a participação cidadã sem depender do aumento desproporcional das alíquotas máximas.

Revisão periódica da tabela do IRPF — correção automática pelas variações dos índices de inflação, evitando que o contribuinte seja empurrado para faixas maiores apenas porque sua renda nominal aumentou.

Imposto de Renda Negativo — unificação progressiva das políticas de transferência de renda em um sistema único, simples e transparente.

Menos impostos sobre as empresas — redução da tributação sobre a atividade produtiva e o lucro empresarial, principalmente aqueles destinados à expansão, tecnologia, inovação e aumento de produtividade.

Tributação dos dividendos — tributar a renda distribuída aos sócios, e não o capital que permanece investido na empresa.

Fim gradual dos subsídios e privilégios tributários — benefícios precisam ter justificativa, transparência e prazo para revisão.

Fim da tributação sobre heranças — preservar a transmissão do patrimônio entre gerações.

Redução expressiva dos impostos de importação sobre bens de capital — facilitar o acesso a máquinas, equipamentos, tecnologias e insumos estratégicos que ampliem a capacidade produtiva e acelerem a formação de capital físico no Brasil.

Menos burocracia — um sistema mais simples, previsível e barato para empresas, trabalhadores e cidadãos.

Responsabilidade federativa — União, Estados e Municípios com responsabilidades claras sobre arrecadação, gastos e prestação de serviços.

Reforma Trabalhista 2.0

Rompimento do monopólio da CLT como norteadora dos contratos laborais e fomento a formalização generalizada da população, com regras claras e mais flexíveis, e com direitos resguardados na Constituição.

Zerar os encargos sobre o equivalente a um salário mínimo na contratação de quem está há mais de um ano na informalidade, em empresas de todos os setores, estimulando a contratação formal, principalmente em pequenas e médias empresas.

Libertar o trabalhador dos custos e amarras de sindicatos, reforçando a voluntariedade de contribuição e participação.

Reforma Administrativa

Fim dos privilégios do alto funcionalismo público — revisão de benefícios e vantagens que não encontram justificativa no serviço prestado à sociedade.

Estágio probatório mais rigoroso — avaliações periódicas de desempenho, critérios objetivos e maior exigência para a efetivação no serviço público.

Avaliação permanente de desempenho — criação de mecanismos objetivos para reconhecer bons servidores e identificar situações de desempenho insuficiente.

Possibilidade de desligamento por insuficiência de desempenho — para carreiras que não sejam típicas de Estado, mediante critérios claros, processo administrativo e pleno direito de defesa.

Cargos de confiança mais técnicos e responsáveis — estabelecimento de limites para indicações políticas, exigência de formação e experiência compatíveis com a função e realização periódica de testes de idoneidade e avaliações de desempenho, com critérios objetivos e transparência.

Remuneração mais próxima da realidade do setor privado — revisão das distorções salariais entre carreiras públicas e equivalentes na iniciativa privada, incluindo a classe política.

Valorização do bom servidor — possibilidade de premiações e bônus por desempenho, produtividade e resultados, dentro de critérios objetivos e transparentes.

Respeito efetivo ao teto constitucional — fim dos mecanismos utilizados para contornar o teto remuneratório e garantir que a regra seja aplicada de maneira uniforme.

CONSOLIDAÇÃO DE UM ESTADO EFICIENTE E ESTRUTURAÇÃO INSTITUCIONAL

Equilíbrio de Poderes – Reequilíbrio e Aperfeiçoamento do Sistema de Justiça Constitucional

Fim do foro privilegiado para políticos — a Justiça deve ser igual para todos, independentemente do cargo ocupado.

Novo modelo de composição do STF — reformulação do processo de indicação dos ministros, valorizando experiência jurídica e trajetória profissional. Estabelecimento de **mandatos definidos**, com idade mínima de 60 anos e máxima de 75 anos para o exercício da função, respeitada a aposentadoria compulsória.

Indicações por listas institucionais — formação de listas de candidatos pelo Congresso Nacional e pelo Poder Judiciário, alternando-se a origem da lista para cada vaga, com critérios objetivos de qualificação elevadíssima, notória e comprovada experiência na magistratura ou na área jurídica e reputação ilibada.

Responsabilização por usurpação de competência — aprimoramento da legislação para caracterizar como infração político-institucional a invasão reiterada e deliberada das competências constitucionalmente atribuídas a outro Poder, observados o devido processo legal e os mecanismos de responsabilização previstos na Constituição.

Restrição às decisões monocráticas — decisões individuais de ministros que produzam efeitos relevantes sobre políticas públicas, leis ou decisões dos demais Poderes devem ser submetidas, em prazo definido, à apreciação do colegiado.

STF como Corte Constitucional — revisão das competências da Corte para concentrar sua atuação em questões efetivamente constitucionais, evitando que o Supremo funcione como instância ordinária para matérias sem natureza constitucional.

Prisão após condenação em segunda instância — restabelecimento de um modelo que permita a execução da pena após o encerramento da análise pelas instâncias ordinárias, observadas as garantias constitucionais e o devido processo legal.

Aprimoramento do sistema de responsabilização de ministros — revisão da Lei de Impeachment para estabelecer procedimentos mais claros, objetivos e céleres para apuração de desvios de conduta, preservando o contraditório, a ampla defesa e a independência judicial.

Controle institucional sobre a conduta pública de ministros — estabelecimento de regras claras para participação de ministros em eventos de natureza político-partidária, pronunciamentos sobre os demais poderes e agentes públicos na mídia, preservando a imparcialidade e a aparência de independência da Corte.

Regras rigorosas de conflito de interesses — impedimento de ministros e agentes vinculados à Corte de manter relações contratuais ou interesses econômicos incompatíveis com processos sob sua jurisdição, com regras de transparência e prevenção de conflitos de interesse.

Equilíbrio de Poderes – Reequilíbrio e Aperfeiçoamento do Poder Legislativo

Redução do número de deputados e senadores.

Fim dos privilégios e mordomias parlamentares, incluindo redução das estruturas e verbas de gabinete.

Reorganização das sessões do Congresso — maior ênfase ao debate nas comissões, com parlamentares previamente designados pelos partidos para representar suas bancadas, titulares e suplentes. O Plenário deve ser a síntese e a decisão final dos debates realizados nas comissões.

Representação partidária no Plenário — cada partido deverá designar previamente seus representantes para manifestação e defesa da posição da bancada, tornando essa função uma prerrogativa e uma honra parlamentar.

Redução do poder concentrado nas Presidências das Casas — maior autonomia para que o próprio Parlamento delibere sobre sua pauta, especialmente quando houver maioria interessada na apreciação de determinada matéria.

Proibição de “jabutis” legislativos — vedação à inclusão de matérias estranhas ao objeto original dos projetos em tramitação.

Fim das sessões e votações relâmpago — estabelecimento de prazo mínimo para análise das matérias, garantindo aos parlamentares tempo adequado para conhecer, discutir e votar as propostas.

Emendas parlamentares com transparência e finalidade pública — identificação obrigatória de origem, autor, destino e finalidade dos recursos, com alinhamento ao planejamento público.

Decoro parlamentar com regras claras — preservação do direito à divergência e ao debate, com padrões objetivos de conduta durante as sessões.

Menos Brasília, Mais Brasil

Repactuação federativa — descentralização de recursos e atribuições da União para Estados e Municípios, fortalecendo a autonomia e a capacidade de decisão dos governos locais.

Menos orçamento engessado — redução das vinculações e indexações excessivas que limitam a capacidade de planejamento e alocação eficiente dos recursos públicos.

Tribunais de Contas mais técnicos e independentes — reformulação do processo de indicação dos ministros do TCU e conselheiros dos TCEs, com maior valorização de critérios técnicos, experiência e independência para a fiscalização das contas públicas.

Mais liberdade e responsabilidade no orçamento — defesa da desvinculação responsável de receitas, acompanhada de maior responsabilização da classe política pelas escolhas e prioridades estabelecidas no orçamento da União.

Executivo eficiente e profissional

Agências reguladoras fortes e independentes — fortalecimento das agências, com autonomia técnica, dirigentes selecionados por critérios de formação, experiência e competência e mecanismos rigorosos de prestação de contas.

Profissionalização das empresas estatais — enquanto se der a existência e manutenção de uma estatal, sua administração deverá seguir critérios técnicos e profissionais, com dirigentes qualificados e vedação à nomeação incompatível com a formação e experiência exigidas pelo cargo.

Fim do nepotismo e do aparelhamento — vedação à nomeação de parentes e de pessoas sem qualificação compatível para cargos de direção e assessoramento, com critérios objetivos de competência e experiência.

Transparência radical no uso dos recursos públicos — fortalecimento da transparência sobre gastos, contratos, viagens, cartões corporativos e demais despesas da administração pública.

Fim do uso abusivo de sigilos — restrição rigorosa à classificação de informações públicas como sigilosas, com fundamentação, prazo e revisão obrigatória, impedindo que o sigilo seja utilizado para ocultar atos ou despesas da administração.

Controle dos cartões corporativos — regras rígidas de utilização, publicidade dos gastos e auditoria permanente, com exceções restritas às situações em que o sigilo seja indispensável à segurança do Estado.

Redução e profissionalização dos cargos comissionados — diminuição gradual da ocupação política da máquina administrativa e ampliação da participação de servidores de carreira em funções técnicas e de gestão.

Integração administrativa de pequenos municípios — criação de mecanismos de cooperação e compartilhamento de estruturas administrativas entre municípios de pequena escala ou baixa arrecadação própria, preservando sua autonomia política e identidade local, mas racionalizando estruturas, pessoal e serviços administrativos.

UM BRASIL FEITO PARA O SEU POVO

ECONOMIA

O que o Congresso pode fazer para o Brasil crescer?

Desestatização, concorrência e infraestrutura

Desestatização de empresas estatais, condicionada à ampliação da competitividade, à melhoria da eficiência e à quebra de monopólios. Transferir um monopólio público para um monopólio privado não é uma verdadeira desestatização.

Ampliação da participação privada em infraestrutura, por meio de PPPs, concessões e outros mecanismos de investimento privado.

Fortalecimento dos contratos públicos, com metas objetivas, prazos definidos, resultados mensuráveis e fiscalização efetiva, prevendo penalidades mais rigorosas e possibilidade de rescisão diante de descumprimentos relevantes.

Ambiente de negócios e competitividade

Redução do Custo Brasil, com simplificação regulatória, redução da burocracia e maior segurança jurídica para quem produz e investe.

Ampliação da competitividade da economia, reduzindo custos estruturais, estimulando a concorrência e aumentando a produtividade das empresas brasileiras.

Facilitação do empreendedorismo e da iniciativa privada, reduzindo obstáculos à criação, expansão e formalização de empresas.

Responsabilidade fiscal e Nova âncora

Combate à irresponsabilidade fiscal, rejeitando projetos que criem despesas permanentes ou compromissos fiscais sem fonte de financiamento claramente definida e sustentável.

Transparência do impacto fiscal das leis, com estimativas e mecanismos de compensação para propostas que impliquem aumento relevante de despesas públicas.

Nova legislação fiscal com uma âncora real, simples, objetiva e crível, capaz de limitar o crescimento das despesas públicas e sinalizar uma mudança estrutural na trajetória das contas do Estado.

Enxugamento e maior eficiência da máquina pública, reduzindo desperdícios, despesas improdutivas e a necessidade de financiamento do déficit.

Estabilidade monetária, juros e poder de compra

Maior autonomia financeira e técnica do Banco Central, protegendo sua atuação contra interferências políticas de curto prazo.

Proteção contra o financiamento inflacionário, fortalecendo mecanismos que impeçam o uso recorrente da emissão monetária para financiar desequilíbrios fiscais.

Defesa do poder de compra, com prioridade à estabilidade da moeda e ao controle da inflação. O brasileiro não precisa apenas ganhar mais. Precisa que o dinheiro que ganha valha mais.

Criação das condições para juros estruturalmente menores, por meio de responsabilidade fiscal, estabilidade monetária e redução da necessidade de financiamento do Estado.

Tributação, investimento e reindustrialização

Redução progressiva da carga tributária, acompanhando a melhoria da eficiência do gasto público e a sustentabilidade das contas do Estado.

Redução expressiva dos impostos de importação sobre máquinas, equipamentos, tecnologia e bens de capital, especialmente aqueles necessários à formação de capital físico e à reindustrialização do país.

Estímulo à poupança e à formação de capital, ampliando o investimento doméstico e reduzindo a dependência excessiva de recursos públicos.

Desenvolvimento do mercado de capitais e do crédito privado, ampliando as fontes de financiamento de longo prazo e fortalecendo a segurança jurídica para investidores e credores.

Aumento da competitividade no setor bancário, por meio de regulações mais simples, mas não menos rigorosas, sobre entidades financeiras comerciais. Precisamos de competição no setor bancário.

Salários, produtividade e mercado de trabalho

Revisão da política de valorização do salário mínimo, considerando inflação, produtividade e capacidade de crescimento da economia, evitando

mecanismos que ampliem de forma desproporcional as despesas públicas.

Federalismo fiscal e eficiência orçamentária

Maior desvinculação de receitas públicas, reduzindo amarras orçamentárias excessivas e permitindo que os recursos sejam direcionados conforme as necessidades reais da população.

Adequação das receitas e responsabilidades à realidade de cada ente federativo, considerando população, capacidade arrecadatória, características econômicas e demanda por serviços públicos.

Maior autonomia financeira de Estados e Municípios, acompanhada de responsabilidade fiscal, transparência e responsabilização pela gestão dos recursos.

Propriedade privada e segurança patrimonial

Proteção efetiva da propriedade privada, fortalecendo a segurança jurídica sobre patrimônio, investimentos e bens legitimamente adquiridos.

Maior previsibilidade nas intervenções estatais, garantindo que desapropriações e limitações ao direito de propriedade observem a lei, o devido processo, a proporcionalidade e a justa indenização quando cabível.

Proteção dos contratos e do patrimônio, reduzindo a insegurança jurídica e impedindo intervenções arbitrárias do Estado.

Proteção social, trabalho e cooperação

Proteção social com porta de saída — garantir assistência a quem realmente necessita, mas estruturar os programas para que o beneficiário tenha incentivos claros para buscar trabalho, aumentar sua renda e conquistar autonomia.

Qualificação como contrapartida de desenvolvimento — estimular que beneficiários em condições de trabalhar participem de programas de formação profissional, educação e qualificação, ampliando suas oportunidades de inserção produtiva.

Cooperação social e participação comunitária — permitir, respeitadas as regras trabalhistas e a legislação aplicável, mecanismos de participação de beneficiários em ações comunitárias e serviços de interesse local, especialmente em parceria com Municípios.

Integração das políticas sociais — aproximar transferência de renda, qualificação profissional, educação, intermediação de mão de obra e assistência social, reduzindo sobreposições e aumentando a efetividade dos recursos públicos.

Comércio exterior e integração econômica

Maior integração do Brasil à economia mundial, reduzindo barreiras desnecessárias ao comércio e ampliando o acesso de empresas brasileiras aos mercados internacionais.

Abertura comercial estratégica, priorizando a redução de custos para consumidores e empresas e facilitando o acesso a insumos, tecnologias e bens de capital.

Ampliação das exportações brasileiras, especialmente de produtos de maior valor agregado, com redução de obstáculos burocráticos e melhoria da infraestrutura de comércio exterior.

Reciprocidade nas relações comerciais, buscando condições equilibradas para empresas brasileiras competirem no mercado internacional.

Segurança jurídica e ambiente regulatório

Estabilidade das regras econômicas, reduzindo mudanças regulatórias repentinas que aumentem a insegurança e desestimulem investimentos de longo prazo.

Análise de impacto regulatório, especialmente para normas que imponham custos relevantes às empresas e aos cidadãos.

Simplificação e revisão periódica da legislação econômica, eliminando normas obsoletas, redundantes ou que criem barreiras desnecessárias à atividade produtiva.

Responsabilização por intervenções administrativas arbitrárias, fortalecendo a previsibilidade das relações entre Estado, empresas e cidadãos.

Empresas, crédito e recuperação econômica

Aperfeiçoamento da legislação de recuperação judicial e falências, tornando os processos mais rápidos e eficientes.

Proteção ao crédito e aos credores, reduzindo a insegurança que encarece o financiamento das empresas.

Preservação de empresas economicamente viáveis, sem transformar a recuperação judicial em mecanismo de perpetuação artificial de negócios inviáveis.

Concorrência e fim dos privilégios

Fortalecimento da livre concorrência, reduzindo barreiras artificiais à entrada de novos competidores.

Tratamento isonômico entre empresas públicas e privadas, evitando vantagens decorrentes exclusivamente da condição estatal.

Combate aos privilégios econômicos, assegurando que o Estado estabeleça as regras da competição, sem escolher seus vencedores.

Inovação, tecnologia e economia digital

Ambiente regulatório favorável à inovação, evitando que novas tecnologias sejam submetidas prematuramente a regras desenhadas para modelos econômicos ultrapassados.

Estímulo ao investimento privado em pesquisa, tecnologia e inovação, aproximando empresas, universidades e centros de pesquisa.

Redução das barreiras à criação e expansão de empresas inovadoras, especialmente startups e negócios de base tecnológica.

Proteção da propriedade intelectual, incentivando investimentos privados em inovação e desenvolvimento tecnológico.

Expansão da infraestrutura digital, ampliando a capacidade de empresas e cidadãos participarem da nova economia.

Educação

O que podemos mudar na legislação para melhorar a qualidade da educação?

Educação com autoridade, mérito e liberdade de escolha

Resgate da autoridade do professor — estabelecer, na legislação nacional, garantias à autoridade pedagógica e disciplinar do docente, assegurando regras claras de convivência e instrumentos proporcionais para lidar com situações de indisciplina.

Valorização da avaliação e do mérito acadêmico — aperfeiçoar a legislação educacional para assegurar que a avaliação da aprendizagem produza consequências pedagógicas efetivas, preservando a autonomia dos sistemas de ensino.

Combate à progressão sem aprendizagem — estabelecer diretrizes nacionais que impeçam a progressão automática sem o domínio das competências e conhecimentos essenciais, fortalecendo mecanismos de recuperação e acompanhamento.

Proteção legal ao professor — aperfeiçoar a legislação para proteger docentes contra agressões, ameaças, assédio e interferências indevidas no exercício de

sua função.

Responsabilidade da família — fortalecer, na legislação educacional, a responsabilidade dos pais ou responsáveis pelo acompanhamento da frequência, aprendizagem e comportamento dos alunos.

Educação orientada por resultados e integridade dos indicadores — fortalecer os mecanismos nacionais de avaliação, garantindo a participação efetiva e obrigatória dos alunos, impedindo fraudes nos indicadores. A participação nas avaliações nacionais deverá integrar os requisitos para conclusão da etapa de ensino, ressalvadas situações justificadas em lei.

Liberdade de escolha educacional — estabelecer marco legal federal que permita a Estados e Municípios desenvolverem sistemas de voucher educacional, ampliando a liberdade das famílias para escolher a instituição e o modelo de ensino de seus filhos.

Pluralidade de modelos educacionais — assegurar condições legais para o desenvolvimento de diferentes modelos, incluindo ensino integral, escolas cívico-militares, ensino bilíngue e instituições confessionais, respeitadas as diretrizes nacionais de educação. É muito importante uma pluralidade de modelos, a fim de dar aos pais o poder de decisão de onde matricular seus filhos.

Financiamento acompanhado da escolha — criar condições legais para que, conforme o modelo adotado pelo ente federativo, recursos públicos destinados à educação possam acompanhar o aluno, permitindo que a família escolha entre instituições habilitadas.

Autonomia com responsabilidade — ampliar a autonomia das escolas e dos sistemas de ensino, acompanhada de metas, avaliação transparente e responsabilização pelos resultados.

Formação e valorização docente

Elevação dos critérios de ingresso nas licenciaturas — estabelecer parâmetros nacionais de qualidade para o ingresso na formação docente, estimulando a atração de alunos com melhor desempenho acadêmico para a carreira.

Residência Docente Remunerada — criar um marco nacional que permita a estudantes de licenciatura, após o cumprimento de requisitos mínimos de formação, serem contratados pelas redes de ensino durante a graduação, com remuneração compatível com o mercado e vínculo profissional.

Formação prática e tecnicamente sólida — revisar as diretrizes nacionais das licenciaturas para ampliar a formação prática e preservar a profundidade do conhecimento específico da disciplina, evitando que a formação técnica seja excessivamente substituída por conteúdos exclusivamente teóricos.

Seleção e progressão por mérito — estabelecer critérios de desempenho acadêmico, domínio do conteúdo e avaliação prática para ingresso e permanência nos programas de formação docente, estimulando os melhores estudantes a ingressarem na carreira.

Valorização da formação continuada — aperfeiçoar mecanismos de carreira e financiamento para que especializações, mestrado, doutorado e outras formações relevantes produzam reconhecimento profissional e remuneração compatíveis, estimulando a qualificação permanente dos docentes.

Valorização do tempo docente e redução da burocracia — assegurar, dentro da jornada de trabalho, tempo adequado para planejamento, preparação de aulas, avaliação e acompanhamento dos alunos, reduzindo exigências burocráticas e o uso excessivo de plataformas e sistemas que não demonstrem impacto efetivo na aprendizagem.

Proteção, inclusão e aprendizagem

Integração da escola à rede de proteção social — fortalecer a articulação entre escolas, CRAS, Conselhos Tutelares e demais órgãos de proteção, criando canais permanentes de comunicação, encaminhamento e acompanhamento de situações de vulnerabilidade, violência, negligência e evasão escolar.

Apoio psicológico e atenção ao aluno — estabelecer diretrizes nacionais para ampliar o acesso dos estudantes a profissionais de psicologia e outros serviços de apoio especializado, em articulação com as redes de educação, saúde e assistência social.

Professor como elo da rede de proteção — fortalecer o papel dos profissionais da educação na identificação precoce de situações de vulnerabilidade, com protocolos claros para encaminhamento aos órgãos responsáveis.

Reforço das competências essenciais — estabelecer diretrizes nacionais para garantir recuperação e carga horária adicional de reforço aos estudantes com dificuldades de aprendizagem, especialmente em Língua Portuguesa e Matemática.

Acompanhamento individual da aprendizagem — fortalecer mecanismos de identificação precoce das dificuldades, garantindo intervenção pedagógica antes que a defasagem se consolide.

Neurodivergência e apoio às famílias

Educação inclusiva com foco na aprendizagem — garantir que estudantes neurodivergentes recebam o suporte pedagógico adequado às suas necessidades, sem reduzir expectativas sobre seu potencial, com capacitação prática dos professores, recursos de apoio e acompanhamento individualizado.

Apoio e orientação às famílias — fortalecer a articulação entre educação, saúde e assistência social, reduzindo a burocracia e a peregrinação das famílias em busca de diagnóstico, orientação e atendimento, com canais integrados de encaminhamento e acompanhamento.

Identificação e intervenção precoce — estabelecer mecanismos para identificar precocemente necessidades específicas de aprendizagem e desenvolvimento, permitindo intervenções adequadas antes que dificuldades se agravam e comprometam a trajetória escolar, sempre aprimorando os mecanismos de controle sobre diagnósticos e laudos utilizados para acesso a políticas públicas, assegurando critérios técnicos, profissionais habilitados e registros adequados.

Transição para autonomia e trabalho — criar mecanismos que favoreçam a continuidade da formação, a educação profissional e a inserção de jovens neurodivergentes no mercado de trabalho, estimulando autonomia, independência e aproveitamento de seus talentos.

Inclusão que produz resultados — garantir que a inclusão escolar não se limite à presença física do aluno em sala de aula, mas esteja associada à aprendizagem, ao desenvolvimento de habilidades, à autonomia e à preparação para a vida adulta.

Formação para a vida, o trabalho e a cidadania

Fortalecimento do ensino profissionalizante — ampliar, por meio de diretrizes e incentivos nacionais, a integração entre educação básica e formação técnica e profissional, oferecendo aos estudantes diferentes caminhos de formação e maior conexão com o mundo do trabalho.

Educação constitucional e cidadania — fortalecer o ensino dos princípios fundamentais da Constituição, dos direitos e deveres, da organização das instituições e dos fundamentos da cidadania.

Educação econômica e financeira — assegurar conhecimentos básicos de economia, finanças pessoais, orçamento, crédito, juros, tributação, investimentos e funcionamento dos mercados, preparando o estudante para as decisões econômicas da vida adulta.

Autonomia, excelência e conexão com a sociedade

Diversificação do financiamento universitário — aperfeiçoar o marco legal para ampliar as possibilidades de captação de recursos pelas universidades, incluindo fundos de investimento, ativos financeiros vinculados a projetos científicos, parcerias e fundos de ex-alunos, reduzindo a dependência de uma única fonte de financiamento.

Financiamento progressivo e responsabilidade social — estudar modelos

de contribuição progressiva no ensino superior público para estudantes de maior capacidade contributiva, preservando a gratuidade para aqueles sem condições de pagamento e destinando os recursos à própria universidade.

Universidade conectada ao mundo do trabalho — aproximar universidades, setor produtivo e sociedade, estimulando currículos atualizados, estágios, formação profissional e programas acadêmicos alinhados às transformações tecnológicas e às novas demandas do mercado.

Centros de pesquisa e desenvolvimento nas universidades — criar ambiente regulatório que facilite a instalação de centros de P&D apoiados pelo setor produtivo dentro das universidades públicas, aproximando a produção científica das demandas reais da economia e ampliando o financiamento privado complementar.

Financiamento orientado à pesquisa e à inovação — facilitar a transformação de projetos científicos e tecnológicos em ativos capazes de atrair capital privado, fortalecendo a conexão entre universidades, investidores e setor produtivo.

Excelência na pesquisa — aperfeiçoar os critérios de avaliação e financiamento da produção científica, priorizando qualidade, impacto, inovação e relevância social e econômica, em detrimento da quantidade de publicações.

Formação universitária mais objetiva — revisar as diretrizes curriculares nacionais para eliminar excessos, sobreposições e conteúdos de baixa relevância formativa, privilegiando competências profissionais, domínio técnico e trajetórias acadêmicas mais eficientes e especializadas.

Revalidação moderna de diplomas estrangeiros — criar uma base nacional de instituições e cursos previamente reconhecidos que permita revalidação simplificada ou automática, especialmente para diplomas provenientes de universidades de reconhecida excelência ou abrangidas por convênios acadêmicos com instituições brasileiras.

Atração de especialistas internacionais — simplificar o reconhecimento de qualificações e a concessão de vistos para especialistas em setores de fronteira tecnológica, reduzindo obstáculos à entrada desses profissionais no mercado e nas universidades brasileiras e ampliando o acesso do setor produtivo a talentos estratégicos.

Especialização das carreiras acadêmicas — permitir que universidades públicas federais tenham profissionais dedicados prioritariamente ao ensino ou à pesquisa, possibilitando a contratação e valorização de excelência específica em cada função, sem exigir que o mesmo profissional desempenhe necessariamente ambas.

Crítérios técnicos para escolha de reitores — estabelecer critérios objetivos de qualificação, experiência e competência de gestão para a escolha dos

dirigentes das universidades e institutos federais, fortalecendo a profissionalização da administração acadêmica.

Pluralidade intelectual nas universidades — fortalecer, respeitada a liberdade acadêmica, a diversidade de perspectivas, garantindo acesso a obras, autores e correntes de pensamento distintas.

Liberdade de associação estudantil — assegurar que estudantes possam criar e participar livremente de associações, centros acadêmicos e grupos de diferentes correntes políticas, filosóficas e ideológicas, sem discriminação ou favorecimento institucional.

Segurança

O que o Congresso pode fazer para fortalecer a segurança pública e combater o crime?

Federalismo penal — alteração constitucional para ampliar a autonomia dos Estados na formulação de políticas criminais e de execução penal, preservando garantias fundamentais e normas nacionais mínimas. Diferentes estratégias poderão ser adotadas e avaliadas por seus resultados nos Estados.

Facções criminosas como organizações terroristas — reconhecimento nacional, das facções que utilizem violência sistemática, controle territorial e terror contra a população como organizações terroristas, com tratamento penal, financeiro e patrimonial compatível com sua gravidade.

Prisão após condenação em segunda instância — assegurar maior efetividade às decisões judiciais, preservando o devido processo legal e o direito de defesa.

Reforma do Código Penal — estabelecer penas mais duras e proporcionais à gravidade dos crimes violentos, hediondos e patrimoniais, fortalecendo a efetividade da resposta penal.

Reincidência qualificada — estabelecer resposta penal progressivamente mais rigorosa para criminosos reincidentes, especialmente diante da terceira prisão, mediante critérios objetivos e apreciação judicial.

Redução da maioria penal para crimes graves — defender a redução da maioria penal para adolescentes que pratiquem crimes de extrema gravidade, especialmente crimes violentos, com responsabilização efetiva e cumprimento de pena proporcional à gravidade do delito.

Resposta diferenciada para crimes leves — para infrações de menor gravidade, priorizar medidas socioeducativas eficazes, punição proporcional, educação, acompanhamento familiar e reinserção social, evitando colocar

adolescentes em contato indiscriminado com o sistema prisional adulto.

Endurecimento da execução penal em especial para crimes do “colarinho branco” — revisar regras de progressão de regime e benefícios penais, bem como restringir as saídas temporárias, especialmente para condenados por crimes violentos.

Corrupção como crime de extrema gravidade — endurecer as penas para crimes graves contra o erário público, reforçando a responsabilização daqueles que utilizam sua posição para desviar recursos da sociedade.

Recuperação do patrimônio público desviado — aperfeiçoar os mecanismos de investigação, bloqueio, confisco e recuperação de ativos provenientes de corrupção e outros crimes contra o patrimônio público.

Reparação do dano como elemento da execução penal — considerar a reparação do dano e a colaboração efetiva para localização e recuperação dos recursos desviados na concessão de benefícios legalmente previstos, com tratamento mais rigoroso para quem deliberadamente ocultar ou dissipar patrimônio.

Enriquecimento incompatível sob investigação automática — estabelecer parâmetros objetivos de compatibilidade entre patrimônio, evolução patrimonial e renda de agentes públicos, com abertura automática de procedimento de investigação quando identificadas incompatibilidades relevantes.

Redução de recursos meramente protelatórios — racionalizar o sistema recursal, reduzindo instrumentos utilizados exclusivamente para retardar a aplicação da Justiça, sem comprometer o contraditório e a ampla defesa.

Plea Bargain — instituir mecanismos de negociação penal que permitam confissão e colaboração voluntária em troca de benefícios legalmente definidos, reduzindo a duração dos processos e aumentando a eficiência da Justiça.

Revisão das audiências de custódia — aperfeiçoar o instituto para conciliar a proteção dos direitos fundamentais com a necessidade de uma resposta efetiva à criminalidade e de critérios mais rigorosos para casos de reincidência.

Emendas parlamentares

Revisão do modelo de emendas parlamentares — a execução de políticas públicas e do orçamento deve permanecer sob responsabilidade do Poder Executivo, cabendo ao Legislativo fiscalizar e legislar.

Transparência enquanto as emendas existirem — enquanto o modelo permanecer vigente, não participaremos de mecanismos de orçamento secreto ou de qualquer destinação sem transparência sobre origem, critérios, destino e aplicação dos recursos.

Destinação técnica e transparente — os recursos das emendas serão direcionados, por meio de editais e chamadas públicas com critérios objetivos, prioritariamente para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia e inovação.

Critérios de resultado — projetos financiados deverão apresentar objetivos, indicadores de desempenho, cronograma de execução e mecanismos de prestação de contas.

Princípios Gerais para as Demais Áreas

O Brasil possui desafios em diversas áreas. Nosso programa concentra propostas mais detalhadas nos temas em que temos maior conhecimento e experiência. Nas demais pautas, defenderemos princípios claros de atuação, sempre orientados por:

Eficiência Liberdade
Responsabilidade Transparência
Respeito ao cidadão.

CONTRIBUA VOCÊ TAMBÉM NA CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL FEITO PARA VOCÊ !!!

E-mail: williambarros.novo30@gmail.com